

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

1 Em setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,4 bilhões. Esse resultado foi obtido em função do superávit do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 4,2 bilhões, compensado parcialmente pelos déficits de R\$ 709,2 milhões da Previdência Social (RGPS) e de R\$ 47,1 milhões do Banco Central.

O Governo Central obteve superávit de R\$ 3,4 bilhões no mês de setembro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			
	Setembro		Jan-Set	
	1998	1999	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	13.535,6	18.115,9	136.145,0	153.711,0
I.1. Receitas do Tesouro	9.879,0	14.201,6	103.291,4	119.555,8
I.1.1 Receita Administrada Bruta	9.566,0	13.141,4	88.588,2	102.716,2
I.1.2. (-) Restituições	(319,8)	(333,2)	(2.660,8)	(3.232,2)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	533,9	519,9	5.248,0	5.269,1
I.1.4. Demais Receitas	189,1	920,1	12.713,7	15.377,8
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(90,1)	(46,6)	(597,8)	(575,1)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.656,6	3.914,3	32.853,7	34.155,2
II. DESPESA TOTAL	14.357,0	14.647,9	129.257,6	132.891,1
II.1. Transferência a Estados e Municípios	2.283,0	2.332,2	20.650,2	23.688,8
II.2. Benefícios Previdenciários	4.294,8	4.623,5	36.433,9	39.955,6
II.3. Despesas da Administração Federal	7.601,3	7.528,7	70.522,5	67.681,0
II.3.1. Pessoal e Encargos	3.564,6	3.663,1	34.678,5	35.351,3
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	4.036,7	3.865,6	35.844,0	32.329,7
- Abono e Seguro Desemprego	338,8	529,4	3.322,0	3.829,4
- Desapropriação para Reforma Agrária	81,0	25,8	291,0	172,7
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.617,0	3.310,5	32.231,0	28.327,6
II.4. Subsídios e Subvenções	177,9	163,4	1.650,9	1.565,8
III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)	(821,4)	3.468,1	6.887,4	20.819,9
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	(183,1)	4.177,3	10.467,7	26.620,2
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(638,2)	(709,2)	(3.580,3)	(5.800,4)
IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)	(5,9)	(47,1)	(401,0)	(506,2)
V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)	(827,3)	3.421,0	6.486,5	20.313,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,96%	2,76%

Principais Variações	
Acumulado: Setembro99/Setembro98	
Receitas	12,9%
Despesas	2,8%
Benefícios	9,7%
Transferências	14,7%
Pessoal	1,9%
Custeio	-9,8%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

No acumulado do ano, a melhora no resultado primário do Governo Central atinge R\$ 13,8 bilhões, equivalente a 1,8 ponto percentual do PIB. Desse ganho, 1,0 ponto percentual deve-se à redução nas despesas e o restante ao aumento nas receitas.

O Resultado do Governo Central totaliza R\$ 20,3 bilhões até setembro.

**RESULTADO PRIMÁRIO/PIB
Acumulado Jan-Set 1998/1999**

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Tesouro Nacional	1,5%	3,6%
Previdência Social	-0,5%	-0,8%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
GOVERNO CENTRAL	1,0%	2,8%

O ganho no resultado primário esteve concentrado no Tesouro Nacional, que contribuiu para o ajuste com 2,1 pontos percentuais do PIB. O déficit da Previdência Social dos trabalhadores da iniciativa privada, por outro lado, elevou-se em 0,3 ponto percentual.

Receita Total

A arrecadação totalizou R\$ 18,1 bilhões, superando em R\$ 4,6 bilhões a receita de setembro de 1998. Merece destaque o recolhimento líquido adicional no montante de R\$ 1,4 bilhão da Cofins, cuja arrecadação foi influenciada pelo aumento da alíquota e extensão da cobrança às instituições financeiras, bem como pela desistência de ações judiciais. Também contribuiu para esse crescimento o pagamento de débitos em atraso relativos ao IRPJ, no valor de R\$ 850,0 milhões.

**RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB
Acumulado Jan-Set 1998/1999**

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	20,1%	20,9%
I.1. Tesouro	15,2%	16,3%
I.1.1. Adm SRF (*)	12,7%	13,5%
I.1.2. Outras (**)	2,6%	2,7%
I.2. Previdência Social	4,8%	4,6%

(*) Líquida de restituição
(**) Diretamente arrecadadas e "demais" receitas

Até setembro, as receitas totais somaram R\$ 153,7 bilhões, excedendo em R\$ 17,6 bilhões a arrecadação do mesmo período de 1998. Em proporção ao PIB do período, as medidas decorrentes do esforço de arrecadação empreendido em 1999 foram equivalentes a 0,8 ponto percentual, concentradas especialmente nas receitas administradas pela SRF.

Receitas do Tesouro Nacional

Receitas de Concessões (R\$ milhões)				
Itens	Setembro		Jan-Set	
	1998	1999	1998	1999
Telebrás	-	-	5.281	7.121
Anatel	-	6	-	611
Outros	-	326	4.042	1.327
Total	-	331	9.323	9.059

Em relação a setembro do ano passado, as receitas administradas (líquidas de restituição) apresentaram crescimento de 38,5%. Contribuiu para este aumento: i) a elevação da alíquota da CPMF em 0,18 ponto percentual (Emenda Constitucional nº 21) e da Cofins em 1,0 ponto percentual, extensiva às instituições financeiras (Lei nº 9.718/98); ii) a arrecadação de tributos atrasados em virtude da desistência de ações judiciais (Lei nº 9.779/99 e alterações introduzidas pela MP nº 1.858-8/99); e iii) o recolhimento de depósitos judiciais à Conta Única do Tesouro (Lei nº 9.703/98).

Em contraste com a estabilidade nas receitas diretamente arrecadadas, as demais receitas apresentaram pronunciada elevação, no valor de R\$ 731,0 milhões. Desse

montante, as receitas decorrentes dos contratos concessão para exploração de petróleo contribuíram com recursos no montante de R\$ 321,7 milhões. Outros R\$ 265,0 milhões referem-se ao pagamento de dividendos realizados pela Eletrobrás e Petrobrás.

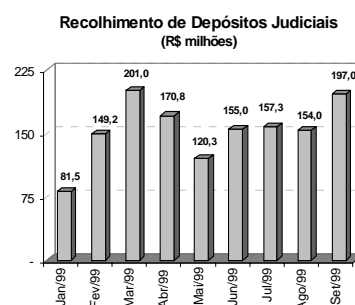
No ano, as receitas administradas líquidas registraram crescimento de 15,8% quando comparadas ao mesmo período de 1998, o equivalente a 0,9 ponto percentual do PIB. A queda de R\$ 1,9 bilhão no recolhimento da CPMF, por conta da ausência de recolhimento em vários meses deste ano, foi compensada pela arrecadação extra de R\$ 4,3 bilhões em tributos atrasados, provenientes da desistência de ações judiciais. Registre-se também o impacto decorrente da incorporação de depósitos judiciais à Conta Única, a partir do último mês de dezembro, totalizando R\$ 1,4 bilhão em 1999.

Além dos fatores já mencionados, destaque-se a variação nos seguintes tributos: i) IRRF - Rendimento de Capitais (+19,9%): tributação das operações de *hedge*, realizadas por meio de operações de *swap* (Lei nº 9.779/99); ii) IOF (+44,4%): tributação de aplicações financeiras em fundos de investimento e aumento da alíquota sobre as operações de crédito destinadas às pessoas físicas e jurídicas; iii) IRRF - Remessas ao Exterior (+77,7%): aumento no volume de remessas e alterações na política cambial; v) Imposto de Importação (+15,9%): reflexo das alterações na política cambial; vi) IPI (-4,7%): redução das vendas e das alíquotas sobre automóveis (Decreto nº 2.980/99).

As receitas arrecadadas pelos demais órgãos da administração direta e indireta acumulam R\$ 5,3 bilhões até setembro, superando em apenas R\$ 21,1 milhões a arrecadação correspondente de 1998. Apesar da manutenção do valor arrecadado, observa-se redução de receitas no âmbito da administração indireta, no montante de R\$ 296,2 milhões, e do salário-educação, em R\$ 104,8 milhões. A queda dessas receitas explica-se principalmente pela redução das despesas de custeio do Governo Central, afetando a arrecadação daqueles órgãos prestadores de serviços ao

Evolução até setembro/99

Incremento de 0,9 ponto percentual do PIB nas receitas administradas líquidas



setor público. No tocante ao salário-educação, o comportamento da arrecadação foi influenciado pela existência de ações judiciais, questionando-se a constitucionalidade da cobrança no período anterior a 1996; pela ampliação do número de empresas optantes do Simples (isentas da contribuição); e pela contratação temporária de trabalho no âmbito da Lei nº 9.601/98 (alíquota parcial).

Demais Receitas		
(R\$ milhões)		
Itens	Jan-Set	
	1998	1999
Dividendos	745	1.343
Concessão	9.323	9.059
Cta Petróleo	0	2.398
Outras	2.646	2.578
Total	12.714	15.378

As demais receitas apontam aumento de R\$ 2,7 bilhões em relação a 1998, decorrente do ingresso de R\$ 2,4 bilhões referente à conta petróleo, sem contrapartida no ano passado. Registre-se, além disso, o incremento de R\$ 598,0 milhões nas receitas de dividendos, em decorrência do estabelecimento de percentual mínimo de 25% do lucro líquido das empresas em que a União possui participação majoritária. No caso do BNDES, o recolhimento foi de 100% sobre o lucro líquido, totalizando no mês de janeiro, R\$ 408,6 milhões.

Despesa Total

A despesa tem mostrado tendência de queda nas principais rubricas, quando comparadas ao crescimento do PIB. Até o mês de setembro, a despesa total em 1999 atingiu R\$ 132,6 bilhões, diminuindo de 19,0% do PIB em 1998 para 18,1% neste ano. Apesar de verificar-se aumento nas transferências para estados e municípios, os gastos com custeio e capital do Tesouro Nacional reduziram-se aproximadamente 0,9 ponto percentual do PIB, e as despesas com pessoal e encargos sociais, 0,3 ponto percentual.

Despesas do Tesouro Nacional

Em comparação ao mesmo mês do ano anterior, as despesas têm refletido o resultado das várias medidas adotadas ao longo deste ano, com vistas à contenção de gastos no âmbito do Poder Executivo Federal. A rubrica "Outras Despesas de Custeio e Capital" – OCC que, em setembro de 1998, somaram R\$ 3,6 bilhões, reduziram-se para R\$ 3,3 bilhões em 1999.

Destaque-se as transferências do FAT às instituições financeiras federais no montante de R\$ 296,0 milhões para pagamento do benefício do seguro-desemprego e R\$ 116,0 milhões referentes à segunda parcela do abono salarial – PIS. Adicionalmente, foram liberados R\$ 36,0 milhões para complementação do pagamento do abono salarial aos beneficiários do Pasep.

Os gastos com subsídios e subvenções no mês de setembro atingiram o montante de R\$ 101,6 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 70,5 milhões referentes a subsídios à Política de Preços Agrícolas; ii) R\$ 17,8 milhões com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf; e iii) R\$ 7,5 milhões para o Custeio Agropecuário. Foram gastos ainda R\$ 6,0 milhões com equalizações de taxas, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – Proex, referentes aos financiamentos concedidos aos exportadores nacionais.

Até setembro, a despesa com pessoal e encargos reduziu-se 0,3 ponto percentual do PIB, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse gasto tem sido afetado pelo menor crescimento vegetativo da folha com o funcionalismo, em função da política de suspensão das progressões funcionais. No mesmo período, as demais despesas de custeio e capital reduziram-se em R\$ 3,9 bilhões, refletindo os esforços para compatibilização da realização da receita à execução da despesa, no âmbito do Poder Executivo Federal, consoante o disposto no Decreto nº 3.173/99 e antecedentes.

As despesas com transferências a estados e municípios aumentaram 14,7% em termos nominais. Os principais fatos que motivaram esse crescimento foram o crescimento das receitas compartilhadas e os repasses ocorridos por conta da desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/96), com a mudança no fator de opção permitida pela MP nº 1.913/99.

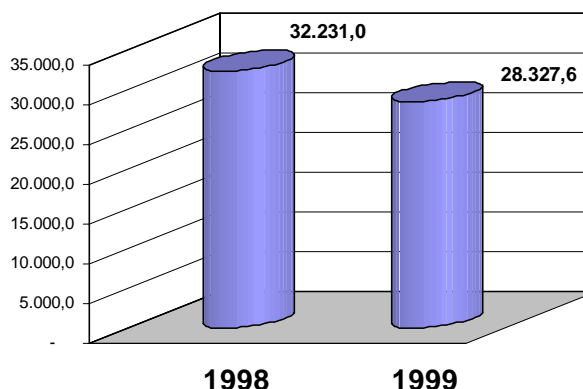
**DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL/PIB
Acumulado Jan-Set 1998/1999**

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
II. DESPESA TOTAL	19,0%	18,1%
II.1. Estados/Municípios	3,0%	3,2%
II.2. Benefícios	5,4%	5,4%
II.3. Adm Federal	10,4%	9,2%
II.3.1. Pessoal	5,1%	4,8%
II.3.2. Custeio	5,3%	4,4%
II.4. Subsídios	0,2%	0,2%

**Evolução até
setembro/99**

*Redução das
outras despesas
com custeio e
capital em R\$ 3,9
bilhões*

Outras Despesas de Custeio e Capital
(acumulado até setembro em R\$ milhões)



Previdência Social

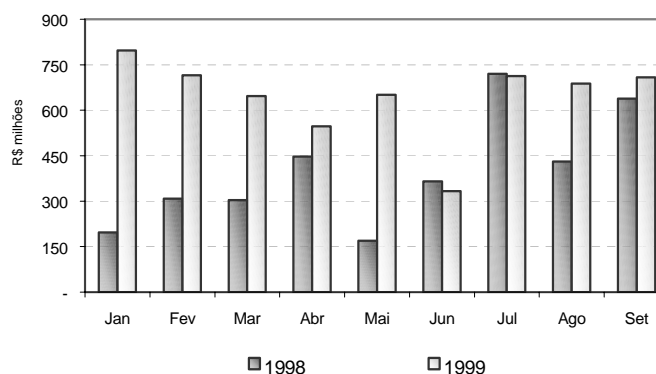
Benefícios	Agosto		
	1998	1999	%
Quantidade*	18,0	18,6	3,6%
Valor Médio**	237,5	251,6	5,9%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00

A Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 709,2 milhões. A deterioração do resultado, em relação ao mesmo mês de 1998, deveu-se basicamente ao crescimento das despesas com benefícios previdenciários. Este aumento reflete tanto o crescimento do número de benefícios concedidos, quanto seu valor médio, devido ao reajuste do salário mínimo que afetou o piso dos benefícios a partir de maio, e o reajuste da tabela de benefícios no mês de junho.

A Previdência Social acumula R\$ 5,8 bilhões de déficit até setembro.

**Déficit da Previdência Social
Brasil, 1998/1999**



RESULTADO DA PREVIDÊNCIA/PIB
Acumulado Jan-Set 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	1998	1999
Contribuição	4,8%	4,6%
Benefícios	5,4%	5,4%
RESULTADO	-0,5%	-0,8%

No âmbito das receitas, vale destacar o recebimento de dívidas previdenciárias, por meio do resgate de CDP, no montante de R\$ 22,6 milhões, e o recolhimento de depósitos judiciais no valor de R\$ 53,9 milhões (Lei nº 9.703/98).

O RGPS acumula déficit de R\$ 5,8 bilhões em 1999, superando em R\$ 2,2 bilhões o resultado registrado até setembro de 1998, o que equivale a 0,3 ponto percentual do PIB.

As despesas foram afetadas principalmente pelo reajuste nominal dos benefícios, e pela maior quantidade de concessões líquidas no ano, em relação a 1998. As receitas da Previdência Social foram reforçadas pelas seguintes medidas: i) arrecadação de R\$ 466,9 milhões em depósitos judiciais no ano; ii) ganho com a sub-rogação das empresas de prestação de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, acumulando, de março a agosto, R\$ 204,2 milhões; e iii) pagamento de dívidas previdenciárias mediante utilização de CDP, totalizando, no período de janeiro a setembro deste ano, R\$ 188,8 milhões.

Evolução até setembro/99

Benefícios	Dez/97- Ago/98	Dez/98- Ago/99	%
Quantidade*	17,7	18,4	3,7%
Valor Médio**	228,0	243,6	6,9%

(*) média em milhões

(**) média em R\$ 1,00

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 206,4 bilhões, correspondendo a 21,6% do PIB. Em relação ao mês anterior, houve um crescimento de R\$ 5,4 bilhões.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 1999

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Jul	Ago	Set
I. DÍVIDA INTERNA	67.601	78.884	82.671
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	286.734	295.508	305.678
Dívida Contratual da STN	-158.926	-155.873	-160.347
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-60.208	-60.752	-62.659
Fat	-43.342	-43.676	-43.722
Demais Entidades	-16.866	-17.075	-18.938
II. DÍVIDA EXTERNA	114.294	122.112	123.747
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	87.964	94.067	95.452
Títulos Depositados em Garantia	-5.565	-5.904	-5.979
Dívida Contratual	32.414	34.451	34.763
Disponibilidades	-519	-501	-488
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	181.895	200.996	206.419
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	19,4%	21,3%	21,6%

Em setembro, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado atingiu de 21,6% do PIB.

Tal comportamento reflete o incremento de R\$ 10,2 bilhões na dívida mobiliária interna, R\$ 1,6 bilhão na dívida externa, parcialmente compensado com um acréscimo de R\$ 4,5 bilhões nos haveres líquidos do Tesouro Nacional e R\$ 1,9 bilhão dos fundos, autarquias e fundações.

**Dívida Pública
Mobiliária
Federal**

O estoque da DPMFi atingiu o montante de R\$ 455,6 bilhões ao final de setembro, sendo que R\$ 305,7 bilhões estavam em poder do mercado (32,0% do PIB).

TABELA 3
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA
BRASIL, 1999

(R\$ milhões)

	1999		
	Jul	Ago	Set
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	434.115	443.655	455.634
I. Dívida com Mercado	286.734	295.508	305.678
LTN	26.984	33.976	37.048
LFT	130.254	128.531	134.564
LFT-A	4.388	4.801	4.210
LFT-B	20.144	20.216	20.345
NTN-A	7.414	7.977	8.040
NTN-D	27.726	29.158	29.362
NTN-I	1.383	1.471	1.440
NTN-P	9.934	10.049	10.128
CFT-D	2.131	2.294	2.312
NTN-E	0	0	0
NTN-S	50.930	51.729	52.498
Demais	5.445	5.307	5.731
I.2 Dívida com BACEN	82.330	82.466	83.695
LTN	236	241	100
NTN-B	242	247	252
NTN-S	11.414	11.593	11.766
LFT-A	34.465	34.805	35.755
LFT	34.034	33.494	33.994
Demais	1.938	2.086	1.829
I.3 Títulos em Tesouraria	65.051	65.681	66.261
Dívida MERCADO/PIB	30,6%	31,3%	32,0%

Em setembro, a relação DPMFi em mercado/PIB situou-se em 32,0%.

O acréscimo de R\$ 10,2 bilhões da DPMFi em mercado, equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB, deveu-se à emissão de R\$ 23,9 bilhões em títulos, contra R\$ 18,1 bilhões de resgates e cancelamentos, além da apropriação de juros e encargos no valor de R\$ 4,4 bilhões.

TABELA 4
EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS
DPMFi EM MERCADO BRASIL, SET/99

(R\$ milhões)

Fatos	Não		Total
	Financeiras	Financeiras	
I. Emissões	21.815	2.086	23.901
II. Resgates	18.114		18.114
III. Cancelamentos	30		30
IV. Valor líquido (I-II-III)	3.671	2.086	5.757

O Tesouro Nacional manteve a estratégia de aumento da participação relativa dos títulos pré-fixados no total da dívida. Do total de R\$ 21,8 bilhões em emissões financeiras, R\$ 4,2 bilhões foram de LFT e R\$ 17,7 bilhões de LTN. As LTN foram emitidas com prazo de vencimento de até 91 dias, e as LFT com prazo de até 364 dias.

TABELA 5
EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO
BRASIL, SET/99

(R\$ milhões)

O Tesouro Nacional manteve em setembro a estratégia de aumento relativo da participação de papéis pré-fixados.

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR	
				NOMINAL	FINANCEIRO
01/09/99	CTN	20 anos	IGP-M	56,1	5,8
01/09/99	LTN	84 dc/56 du	4,509%	2.500,0	2.392,1
01/09/99	LFT	364 dc/250 du	0,270%	1.500,0	1.496,0
03/09/99	LTN	89 dc/59 du	4,882%	3.500,0	3.337,1
03/09/99	LFT	362 dc/248 du	0,283%	1.000,0	997,2
10/09/99	LTN	89 dc/60 du	4,710%	2.000,0	1.910,0
10/09/99	LFT	362 dc/249 du	0,279%	1.000,0	997,2
15/09/99	LTN	91 dc/62 du	4,860%	3.000,0	2.861,0
15/09/99	LFT	364 dc/250 du	0,289%	663,8	661,8
17/09/99	LTN	89 dc/ 60 du	4,723%	1.500,0	1.432,4
22/09/99	LTN	91 dc/ 62 du	4,759%	3.500,0	3.341,0
29/09/99	LTN	91 dc/ 62 du	4,878%	2.500,0	2.383,7
TOTAL				22.719,8	21.815,4

Do montante de R\$ 2,1 bilhões em emissões especiais, R\$ 532,0 milhões referem-se à assunção das dívidas estaduais, sendo R\$ 106,0 milhões em LFT-B e R\$ 426,0 milhões em CFT-A com prazo de 25 anos, conforme tabela a seguir.

TABELA 6
EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO
DE DÍVIDAS DE ESTADOS/MUNICÍPIOS
BRASIL, SET/99

Em R\$ milhões

ESTADO	VALOR
Santa Catarina	
1. Quitação de Dívida Contratual	
1.1. LFT-B	106,0
1.2. CFT-A	426,0
Total	532,0

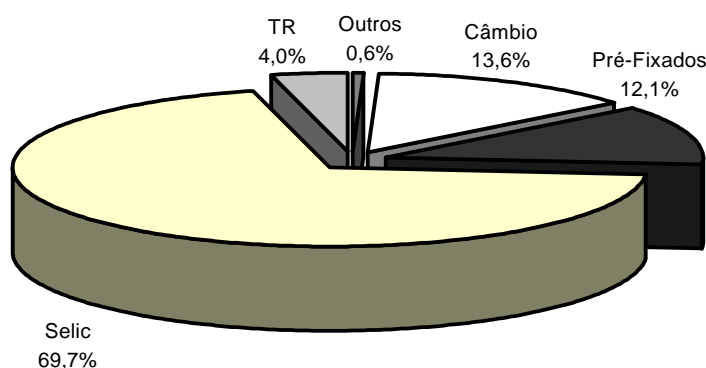
O Tesouro Nacional emitiu também: i) CDP, no valor de R\$ 49,0 milhões, adquiridos por devedores do INSS, para quitação de dívidas junto àquele órgão; ii) NTN-P, no valor de R\$ 4,0 milhões, adquiridos pela CEF, com recursos em moeda corrente provenientes de alienações de ações da Datamec, realizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND; iii) R\$ 1,5 bilhão em LFT, adquiridos pelo BNDES, destinadas ao cumprimento do contrato celebrado entre a União e aquele Banco, com a finalidade de prover o BNDES de liquidez necessária à complementação de suas operações.

Ao final do mês de setembro verificou-se a continuidade do aumento da participação relativa das LTN na composição da DPMFi em mercado, passando de 7,7% em agosto, para 8,1% no mês em análise. As LFT (inclusive LFT-A e LFT-B) representaram 64,7% da DPMFi total.

A participação relativa dos títulos cambiais no total do estoque da DPMFi que vinha sendo reduzida gradualmente, retornaram ao patamar de julho, 13,6%, como decorrência da estabilização cambial ocorrida no mês. É importante ressaltar que, até o momento, não têm sido realizadas operações de colocação primária desses instrumentos.

Composição

**DPMFi em Mercado
Brasil, Set/99**



**TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi
BRASIL, 1999**

Título	1999 (%)		
	Jul	Ago	Set
LTN	6,3	7,7	8,1
LFT	37,8	36,5	36,9
LFT-A	23,9	23,7	23,3
LFT-B	4,6	4,6	4,5
NTN-A	2,1	2,3	2,2
NTN-D	6,4	6,6	6,4
NTN-H	0,5	0,5	0,4
NTN-P	2,3	2,3	2,2
NTN-S	14,3	14,3	14,1
DEMAIS	1,7	1,8	1,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

**Custo e Prazo
Médios**

O custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi de 19,8% em setembro, contra 32,0% verificado no mês anterior, motivado, principalmente, pela pequena variação cambial ocorrida no mês. Se excluídos os títulos indexados ao câmbio, o custo médio anual dos títulos em mercado também manteria tendência declinante, registrando no mês 20,0% nos competitivos, e 19,5% na totalidade dos títulos.

TABELA 8
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1998/1999

		(% anual)			
PERÍODO		TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1998	Set	27,70		31,54	
	Out	34,54		37,26	
	Nov	32,80		36,08	
	Dez	31,32		33,71	
1999	Jan	30,42	227,40	30,90	311,41
	Fev	37,11	49,22	38,24	53,33
	Mar	40,02	-2,77	42,42	-11,64
	Abr	33,65	12,42	35,38	14,57
	Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
	Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
	Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
	Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
	Set	19,52	18,94	19,97	19,82

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado dos títulos competitivos (exceto os cambiais) reduziu-se de 20,2%, em agosto, para 20,0%, em setembro.

O prazo médio da DPMFi em mercado foi de 10,25 meses.

O prazo médio da DPMFi em mercado, emitido sob processo competitivo de formação de taxas, apresentou queda em relação ao mês anterior, passando de 11,12 meses, em agosto, para 10,25 meses, em setembro. Esta redução reflete o aumento gradual da participação relativa das LTN, anteriormente mencionada.

O Tesouro manteve a estratégia de alongamento dos pré-fixados, de 84 dias no primeiro leilão do mês, até 104 dias no último evento, cuja liquidação financeira ocorreu já em outubro. Os prazos deste papel ainda são relativamente curtos, provocando redução do prazo médio em benefício de uma menor sensibilidade da dívida às flutuações de curto prazo das taxas de juros de mercado.

TABELA 9
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1998/1999 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1998	Set	8,39
	Out	8,57
	Nov	7,83
	Dez	7,13
1999	Jan	8,70
	Fev	9,73
	Mar	10,16
	Abr	10,06
	Mai	9,95
	Jun	10,63
	Jul	13,15
	Ago	11,12
	Set	10,25

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.

O saldo dos haveres líquidos totais do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 160,3 bilhões, equivalente a 16,8% do PIB, crescendo em 0,3 ponto percentual do PIB em relação à posição do mês anterior.

Dívida Contratual Interna

**TABELA 10
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA
BRASIL, 1999**

	(R\$ milhões)		
	1999		
	Jul	Ago	Set
TOTAL DA STN	-158.926	-155.873	-160.347
Dívida Bancária	38.705	38.981	39.083
Crédito Securitizado (exceto CVS)	19.701	20.687	20.853
CVS	7.895	7.956	8.018
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.184	3.174	3.151
Certificados de Privatização	40	42	40
INSS	-9.247	-9.392	-9.531
Lei 7.976/89	-11.245	-11.889	-11.789
Bônus Renegociação	-18.106	-19.430	-19.603
Lei 8.727/93	-42.367	-42.678	-42.815
Lei 9.496/97	-97.183	-98.814	-100.443
Renegociação de dívidas dos Municípios	-2.673	-2.698	-3.083
Recebíveis dos Estados	-3.448	-3.520	-3.588
Recebíveis das Estatais	-21.135	-17.563	-17.631
Outros	-9.808	-9.648	-9.670
Créditos das Operações Oficiais	-9.295	-9.230	-9.401
Arrecadação a Recolher	-3.942	-1.852	-3.938
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-60.208	-60.752	-62.659
Fat	-43.342	-43.676	-43.722
Demais Entidades	-16.866	-17.075	-18.938
TOTAL	-219.133	-216.624	-223.007
TOTAL/PIB	-23,4%	-22,9%	-23,3%
TOTAL DA STN/PIB	-17,0%	-16,5%	-16,8%

O custo médio anual dos créditos securitizados caiu de 24,71%, em agosto, para 22,25%, em setembro.

O prazo médio dos créditos securitizados apresentou uma pequena queda, passando de 173,7 meses, em agosto, para 172,7 meses em setembro. O custo médio anual dos créditos securitizados atingiu 22,25% no mês, caindo em relação ao observado em agosto (24,71%), em decorrência da menor variação dos indexadores utilizados na correção dos títulos, principalmente o IGP-DI e a taxa de câmbio.

O saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou R\$ 123,7 bilhões, equivalente a 12,9% do PIB, mantendo-se no mesmo patamar de agosto.

Dívida Externa

TABELA 11
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 1999

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1999		
	Jul	Ago	Set
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	87.964	94.067	95.452
1.1. Bônus de Renegociação	65.984	70.598	70.776
Brazil Investment Bond (BIB)	1.557	1.667	1.615
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.435	4.749	4.765
Par Bond (PB)	7.481	7.987	8.013
Discount Bond (DB)	9.678	10.363	10.398
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.109	3.329	3.340
Front-Loaded Interest Reduction Bond (C-Bond)	13.074	14.000	14.046
Debt Conversion Bond (DCB)	15.190	16.231	16.286
New Money Bond (NMB)	4.006	4.290	4.304
Eligible Interest (EI)	7.454	7.982	8.008
1.2. Bônus de Captação	21.980	23.469	24.675
Samurai Bond	468	523	541
Global Bond	1.342	1.437	1.442
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	979	1.035	1.050
Parallel Franco	292	308	313
Parallel Florim	348	367	373
Parallel Xelim	278	294	298
Global Bond 2027	6.262	6.706	6.728
Eurolira Bond	742	784	795
Eurosterling Bond 2007	436	462	476
Euro Bond 2003	959	1.014	1.029
Global 2008	734	776	787
DM 2008	2.237	2.395	2.403
Global 2004	5.368	5.748	5.767
Euro Bond 2002	1.535	1.622	1.646
Euro Bond 2004	0	0	1.029
Demais	918	970	2.013
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.565	-5.904	-5.979
3. DÍVIDA CONTRATUAL	32.414	34.451	34.763
4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÃO	-519	-501	-488
5. TOTAL (1+2+3+4)	114.294	122.112	123.747
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,2%	12,9%	12,9%

A relação Dívida Externa em Mercado/PIB foi de 12,9% em setembro.

O Tesouro Nacional efetuou em setembro o seu segundo lançamento de Eurobônus no ano, no valor de Eur 500 milhões, à taxa fixa de 11,125% a.a., com vencimento em 30/09/04.

Houve forte procura por parte dos investidores estabelecidos na Itália, Alemanha, Portugal, Espanha e Países Baixos. Além disso, foi muito significativa a participação de investidores do mercado de varejo e, principalmente, de investidores institucionais que venderam títulos em dólares americanos, com vencimento em 15/04/04,

em troca do novo Eurobônus de cinco anos, atraídos pela estabilidade de preços do mercado de euros.

No que se refere à execução financeira da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional, foram efetuados pagamentos regulares a Organismos Multilaterais, Bancos Privados/Agências Governamentais, Clube de Paris (fases 3 e 4) e aqueles relativos aos vencimentos do BIB (Brazil Investment Bond), Euro 2004 e Bônus Samurai.

Além disso, o Tesouro Nacional efetuou, com base no Decreto nº 3.180 de 22/09/99 e Circular Bacen nº 2.926, de 08/09/99, compras de divisas para liquidação futura, no montante de US\$ 110,0 milhões, equivalente a R\$ 212,3 milhões, para fins de pagamento de serviços de parte das dívidas do Global 2008 e Dívida de Médio e Longo Prazo (Plano Brady), vencidas em 06/10 e 15/10, respectivamente.

No que diz respeito às mudanças no estoque da dívida mobiliária reestruturada, cabe mencionar o pagamento da segunda parcela de principal do Brazil Investment Bond (BIB) no valor de US\$ 30 milhões, equivalente a R\$ 57,7 milhões.

Os desembolsos realizados em setembro com encargos da dívida externa totalizaram R\$ 709,6 milhões, conforme discriminado na tabela a seguir.

TABELA 12
ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 1999

Discriminação	(R\$ milhões)
	Setembro 1999
I. Encargos Totais	709,6
I.1. Organismos Multilaterais	127,9
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	13,8
I.3. Clube de Paris	567,9
I.4. Dívida Mobiliária	83,0
BIB (Exit Bônus) ¹	49,6
Euro 2004 ²	18,5
Samurai ³	15,0

¹ Títulos emitidos em decorrência do acordo de reestruturação firmado pelo Brasil em 22/09/88. Não possuem garantias de principal ou juros.

² Título de captação emitido no euromercado de acordo com a Resolução nº 51/97 do Senado Federal.

³ Título de captação emitido no mercado japonês de acordo com a Resolução nº 87/95 do Senado Federal.